

Educação em saúde “baseada na escola” como estratégia de prevenção de parasitoses

“School-based” health education as a strategy to prevent parasitosis

Clísten Corrêa

Enfermeiro, Coari/AM.

Firmina Hermelinda Saldanha Albuquerque

Enfermeira, mestra em saúde coletiva, professora da Universidade Federal do Amazonas.

Karla Maria Carneiro Rolim

Enfermeira, doutora em enfermagem, professora titular da Universidade de Fortaleza, coordenadora do mestrado profissional em tecnologia e inovação em enfermagem, Fortaleza/CE.

Maria Solange Nogueira dos Santos

Enfermeira, mestra em tecnologia e inovação em enfermagem, Fortaleza/CE.

Henriqueta Ilda Verganista Martins Fernandes

Enfermeira, doutora em enfermagem, professora da Escola Superior de Enfermagem do Porto, Porto-Portugal.

Fernanda Jorge Magalhães

Enfermeira, doutora em enfermagem, professora do Centro Universitário Unifametro, Fortaleza/CE.

Resumo

O objetivo do presente artigo foi relatar uma experiência de Educação em Saúde realizada junto a professoras e outras profissionais de uma escola pública de educação infantil do município de Coari, interior do estado do Amazonas, região Norte do Brasil. O objetivo da prática relatada foi a prevenção das parasitoses prevalentes e a discussão das responsabilidades de professores e profissionais da educação em complementaridade com as ações do setor da saúde. Foram participes 32 professoras, 2 pedagogas, 6 auxiliares de serviços gerais e 2 cozinheiras. O artigo se refere aos encontros realizados na busca por instruir e sensibilizar as profissionais por meio de reuniões que tiveram lugar na sala dos professores de janeiro a março de 2016. Os temas abordados enfatizaram os principais tipos de parasitoses que acometem a região e o trabalho de educação em saúde na escola. Constatou-se um baixo conhecimento entre professoras e demais profissionais a respeito da prevenção das parasitoses, sendo propiciada uma experiência educacional em que havia espaço para aprender, ensinar, escutar, comunicar e interagir.

Palavras-chave: Educação em saúde, Doenças parasitárias, Saúde na Escola, Saúde comunitária, Amazonas.

Abstract

The objective of this article was to report a Health Education experience carried out with teachers and other professionals from a public school for early childhood education in the municipality of Coari, interior of the state of Amazonas, northern region of Brazil. The objective of the reported practice was the prevention of prevalent parasitosis and discussion of the responsibilities of teachers and education professionals in complementarity with

actions in the health sector. The participants were 32 teachers, 2 pedagogues, 6 general service assistants and 2 cooks. The article refers to the meetings held to instruct and raise awareness among professionals through meetings held in the teachers' room from January to March 2016. The topics covered emphasized the main types of parasitosis that affect the region and the work of

health education at school. There was little knowledge among teachers and other professionals about parasitosis prevention, providing an educational experience where there was room to learn, teach, listen, communicate and interact.

Keywords: Health education, Parasitic diseases, Health at school, Community health, Amazonas.

Introdução

A Educação em Saúde pode ser entendida como atividade de atributo transversal, por meio da qual se possibilita compartilhar e intercambiar conhecimentos sanitários entre os profissionais e os usuários das ações e serviços de saúde¹, sendo essencial dentre as ações que se estabelecem na relação direta entre serviços (ou profissionais) e usuários. A Educação em Saúde é imprescindível para a disseminação de informações relacionadas com a melhoria da qualidade de vida e prevenção de doenças, sendo uma proposta pedagógica que surge com especial papel na promoção comunitária da saúde e na ampliação dos mecanismos de informação e comunicação, tal como previsto pela Política Nacional de Humanização no Sistema Único de Saúde – HumanizaSUS².

A partir da década de 1950 e até o início dos anos 2000, perpassando a ditadura militar e a redemocratização do Brasil com a Constituição Federal de 1988, inúmeras e distintas iniciativas e abordagens pretenderam enfatizar o espaço escolar como espaço de educação popular e educação sanitária, tratando de assuntos relativos à transmissão de doenças e prestação

de cuidados, na maioria das vezes com ênfase na higiene raras vezes com ênfase da educação cidadã³. Os ambientes escolares, como todos os ambientes de longa e regular permanência são mais propícios à transmissão de doenças infectocontagiosas. Tal fato associa-se à intensidade das trocas afetivas; às interações decorrentes de jogos, brincadeiras e aprendizagem cooperativa; às condições ambientais de limpeza e conservação; aos hábitos de higiene na hora da merenda, no uso dos banheiros e na escovação dos dentes; à imaturidade do sistema imunológico das crianças e aos casos de vacinação atrasada, que podem resultar no contágio pelos mais variados tipos de microrganismo⁴.

Nesse contexto, escolares são alvos fáceis de infecções por parasitas intestinais, o que poderia comprometer, em casos severos, o desenvolvimento físico e intelectual ou as condições de conforto e bem-estar no ambiente coletivo da educação infantil⁵. Consideradas como um grande problema de saúde pública, sobretudo nos países pobres ou em desenvolvimento, as enteroparasitoses estão

entre as infecções mais comuns em todo o mundo⁶. Alguns dos principais parasitos (*Entamoeba histolytica*, *Giardia intestinalis*, *Hymenolepis nana*, *Taenia solium*, *Ascaris lumbricoides*, *Trichuris trichiura* e *Enterobius vermicularis*) são transmitidos pela água ou alimentos contaminados, cuja prevenção associa saneamento básico, higiene alimentar, ambiental e doméstica, higiene de cozinhas e banheiros de uso públicos ou abertos ao público, educação ambiental, vigilância sanitária e agropecuária, além dos hábitos individuais e coletivos de higiene. Partindo desse pressuposto, é perceptível a importância e necessidade da realização de ações de educação em saúde no âmbito escolar, haja vista seu potencial na geração de medidas de precaução⁷. Relacionado a isto, é imprescindível a orientação e treinamento especificamente dirigido aos funcionários da limpeza, aos responsáveis pela manipulação dos alimentos, bem como aos incumbidos pelos serviços gerais e de assepsia ou desinfecção das áreas de acesso comum, além do amplo conhecimento sobre as políticas públicas envolvidas⁴. O Ministério da Saúde, por meio do Programa Saúde na Escola (PSE), alerta para que a escola deva ser entendida como um espaço de relações e um espaço privilegiado para o desenvolvimento crítico e político. A escola contribuiria com a construção de valores pessoais, crenças, conceitos e maneiras de conhecer o mundo, o que interfere diretamente na produção social da saúde³.

O Art. 7º da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, relativa à regulamentação

do capítulo da saúde na Constituição Federal de 1988, garante à população, independentemente da diversidade cultural ou socioeconômica, o acesso à informação sobre a saúde⁸. Neste sentido, a atenção à saúde não envolve apenas aspectos assistenciais, mas, também, vários aspectos da prevenção de doenças e proteção da saúde. A promoção da saúde está intrinsecamente relacionada à obtenção de informações necessárias para o ganho de autonomia do indivíduo nas mais diversas situações de vida diária e, portanto, apresenta potencial para interferir na situação de saúde tanto individual como coletiva⁹. O cuidado coletivo está intrinsecamente ligado ao trabalho do profissional enfermeiro¹⁰, portanto, espera-se da enfermagem uma relação singular com o usuário, família e comunidade que envolva a realização de ações de educação em saúde, adotando um processo de diálogo que considere e valorize os saberes da população na prevenção de doenças e promoção da saúde¹¹.

O processo de Educação em Saúde pode beneficiar as ações voltadas à promoção da saúde e expandir os hábitos de vida saudável, onde são compartilhados os mais variados saberes possíveis, entre eles, as ações coletivas de prevenção e tratamento das parasitoses. Há vantagem das ações educativas (preventivas) em relação às ações assistenciais (curativas), sobretudo do ponto de vista populacional e econômico, uma vez que podem contribuir para a diminuição do número de casos que necessitam dos serviços de saúde¹². Diante disso, é de fundamental importância realizar

atividades de Educação em Saúde que possam intervir nos processos que comprometem a saúde e o máximo quanto possível construir ações afirmativas da vida, do bem-estar, das potências locais, do o crescimento da cidadania¹³. É nesse sentido que o presente trabalho teve como objetivo relatar o sucesso obtido com a realização da Educação em Saúde com professoras e outras profissionais de uma escola pública de educação infantil no interior do Amazonas, acerca das parasitoses.

Material e métodos

O presente trabalho consiste em um relato de experiência sobre uma intervenção educativa integrante de um Projeto de Extensão da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, desenvolvido por acadêmicos de enfermagem, intitulado “Oficinas de Orientação para Professores de Creche sobre Infecções Parasitárias no Município de Coari/AM”. O projeto foi realizado com professoras e outras profissionais de uma escola pública de educação infantil, tendo em vista instruir e sensibilizar quanto à prevenção das parasitoses. Com a participação total de 32 professoras, 2 pedagogas, 6 auxiliares de serviços gerais e 2 cozinheiras, foram realizadas oficinas educativas, utilizando-se o próprio espaço da escola infantil, no caso, a sala dos professores. As sessões tiveram lugar no período vespertino, de janeiro a março de 2016. Tanto a gestora como as pedagogas da escola propuseram-se a reunir as profissionais da instituição com vistas à discussão das

responsabilidades de cada “ator social” (indivíduos, instituições e políticas) na prevenção das parasitoses.

Para que todos os profissionais pudessem participar dos momentos de interação e troca mútua de informação, os encontros foram realizados em dias alternados, seguindo um cronograma previamente pactuado. Desenvolvidos com recurso de educação e comunicação, os temas foram separados e abordados de modo a elevar a compreensão crítica e epidemiológica sobre as parasitoses prevalentes na região norte do país, sobretudo no estado do Amazonas. Buscou-se sanar as dúvidas geradas durante a discussão, tais como meios de infecção e prevenção individuais e coletivos, valorizando-se os saberes populares e desmistificando crenças ou hábitos inadequados provenientes da cultura local. A concepção teórica da educação popular foi tomada como preceito durante as discussões, sobretudo a questão do respeito aos conhecimentos individuais e coletivos construídos e adquiridos socialmente durante a vida^{13,14}, corroborando as recomendações do Programa Saúde na Escola.

Nas escolas, o trabalho de promoção da saúde com os estudantes e com as professoras e demais funcionárias precisa ter como ponto de partida “o que elas sabem”. Ao encerrarem-se as reuniões, enfatizava-se o fato de que as informações ali adquiridas teriam de passar de uma visão individual de saúde para uma visão de saúde coletiva, isto é, incluir a compreensão

da implicação de questões sociais, de acesso ao saneamento básico e à alimentação de qualidade, assim como da disposição das condições de infraestrutura, haja vista que o conhecimento foi trabalhado com um grupo de trabalhadores da educação e que estão em contato diário com a coletividade¹⁴. Foi proposto que os participantes levassem as informações às salas de aula, ao trabalho social da escola e às interlocuções com a comunidade escolar ou de vizinhança/bairro a fim de se alcançar a multiplicação da informação e, conseqüentemente, a minimização de agravos referentes às parasitoses.

Resultados e discussão

Tanto as professoras, como as demais profissionais da educação infantil, mostraram-se sensibilizadas com as ações desenvolvidas, demonstraram interesse e curiosidade pelo tema, bem como elogiaram as abordagens, o que resultou na participação ativa delas em todas as atividades, verificando-se facilidade para assimilar a mensagem educativa. A realização dessas ações de educação em saúde contribuiu para melhorar a qualidade da informação não só dos participantes, mas de toda a comunidade escolar por meio do ensino da prevenção de parasitoses intestinais, além de ser este um ponto norteador na reavaliação das rotinas diárias, como mudanças comportamentais e adoção de atitudes mais saudáveis. Além disso, foi possível instruir as professoras e demais profissionais sobre os benefícios à saúde que este tipo de atividade

educativa pode proporcionar ao indivíduo e, sobretudo, ao coletivo, despertando para um sentimento de corresponsabilidade e compromisso no que tange às atitudes e às mudanças comportamentais ou de ação social que a saúde como um todo exige.

Considerações finais

Independente das condições socioeconômicas da população, a informação está prevista em lei para todas as pessoas. Diante disto, ressalta-se a importância do desenvolvimento de ações educativas como esta, na qual a temática esteve voltada à prevenção de parasitoses e onde se pôde contribuir com a disseminação da informação sobre promoção da saúde. Ademais, é evidente que trabalhar com promoção da saúde através de medidas preventivas é bem mais barato e fácil, e de fato seus resultados são mais efetivos em comparação com as medidas curativas. O trabalho apontou que era baixo o conhecimento entre as professoras e demais profissionais a respeito das suas responsabilidades na prevenção de parasitoses e propiciou a vivência do grande potencial de um grupo de Educação em Saúde quando há espaço para o aprender, ensinar, escutar, comunicar e interagir. Esse potencial se concretiza no poder de mudança nas lentes através das quais os sujeitos reconhecem seu papel na cidadania política e passam a enxergar as suas responsabilidades de contribuir com a prevenção de doenças segundo o conhecimento construído sobre ela.

Os encontros motivaram muitas reflexões e mudanças individuais e coletivas, com retornos positivos para os escolares como solicitação da lavagem das mãos antes das refeições, intensificação dos cuidados nos locais que entendiam ser mais importante como a cozinha, o refeitório e os banheiros, um olhar crítico às condições urbanas, sociais e sanitárias, assim como novas lentes à participação em saúde. Propõe-se a realização de atividades educativas como essa nas escolas e creches para a ampliação do acesso às

informações e troca de saberes entre profissionais e população sobre as parasitoses. Destaca-se, ainda, a importância de haver uma adequação na linguagem a ser usada e a predominância da concepção de que o cuidado em saúde perpassa o direito à informação. Por isso, é necessário que haja profissionais comprometidos com o processo de Educação em Saúde desde a graduação para que possam, quando profissionais, entenderem e colaborar com a dinâmica de funcionamento da prevenção de doenças e agravos.

Referências

1. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Caderno de Educação Popular em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde; 2007.
2. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. **Cadernos HumanizaSUS - V. 1, Formação e intervenção**. Brasília: Ministério da Saúde; 2010.
3. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Atenção à saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde na escola**. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. (Cadernos da Atenção Básica; n. 24)
4. Nakamura AA, Martins Junior LM (Coord). **Manual de boas práticas de higiene e de cuidados com a saúde para centros de educação infantil**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo. Coordenação de Vigilância e Saúde, 2008. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Manual_Boas_Praticas_CEI_2008_1255096253.pdf. Acesso em 22 jun 2018.
5. Boeira VL, Gonçalves PARR, Morais FG, Schaedler VM. Educação em saúde como instrumento de controle de parasitoses intestinais em crianças. **Rev. Varia Scientia**. 2009; 15(9):35-43.
6. Andrade EC, Leite ICG, Rodrigues VO, Cesca MG. Parasitoses intestinais: uma revisão sobre seus aspectos sociais, epidemiológicos, clínicos e terapêuticos. **Rev. APS**. 2010; 13(2):231-240.
7. Neves DP. **Parasitologia humana**. 11 ed. São Paulo: Atheneu; 2005.
8. Brasil. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 set 1990.
9. Amaral IBST. Promovendo um espaço para informação sobre a Estratégia Saúde da Família: um relato de experiência. **Saúde debate**. 2015; 40(107):1173-1181.
10. Silva LD, Beck CLC, Dissen CM, Tavres JP, Budó MLD, Silva HS. O enfermeiro e a educação em saúde: um estudo bibliográfico. **Rev. Enferm. UFSM**. 2012; 2(2):412-419.
11. Barbosa LA, Sampaio ALA, Melo ALA, Macedo APN, Macahdo MFAF. A educação em saúde como instrumento na prevenção de parasitoses. **RBPS**. 2009; 22(4):272-278.
12. Piantino CB, Vanin AC, Vieira M, Souza DH. Propostas de ações educativas no ambiente escolar como prática de promoção da saúde. **Ciência et praxis**. 2016; 9(17):49-52.
13. Ceccim RB. O que é saúde? O que é doença? In: Meyer DEE (Org.). **Saúde e sexualidade na escola**. Porto Alegre: Mediação; 2012. p. 37-50.
14. Freire P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

Submissão: 22/02/2019

Aceite: 19/06/2020